



# Discurso & Sociedad

Copyright © 2021  
ISSN 1887-4606  
Vol. 15(2) 322-347  
[www.dissoc.org](http://www.dissoc.org)

---

*Artículo*

---

## **Interdições discursivas na produção midiática: uma análise da imprensa espanhola**

*Discursive interdictions in media production: an  
analysis of the spanish press*

*Carla Reis Longhi*  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## RESUMO

*A partir dos artigos publicados sobre os despejos advindos da crise econômica de 2008 na Espanha, procuramos desnudar os discursos da imprensa espanhola, buscando compreender as interdições discursivas processadas e seus sentidos. O intuito foi o de reconstituir as estratégias discursivas sobre os despejos e a crise de moradia. Procuramos compreender como estes jornais equacionaram a construção destas representações midiáticas considerando-se o trinômio – modelo de Estado / a cultura política / pressão neoliberal. Entendemos que os Estados europeus, entre eles a Espanha, vêm sofrendo grande pressão neoliberal pela transformação de seu modelo de Estado, pressão confrontada pela cultura-política do país e pelo Estado de Bem-Estar Social e foi esta equalização que nos interessou observar através da análise de representação de sujeitos excluídos. Pautando-nos na análise de discurso, tendo Foucault como referência central, apresentamos as especificidades de cada jornal no trato do tema, tendo como base conceitual a reflexão sobre discurso, representações e cultura política. Observamos que as interdições processadas visavam contribuir com o entendimento de política que se buscava imprimir.*

**Palavras-chave-** *mídia impressa; discurso; representações midiáticas e cultura política*

## ABSTRACT

*From the articles published about the evictions resulting from the economic crisis of 2008 in Spain, we seek to denude the speeches of the Spanish press, seeking to understand the discursive interdictions processed and their meanings. The purpose was to reconstruct the discursive strategies about evictions and the housing crisis. We try to understand how these newspapers equated the construction of these media representations considering the trinomial - model of state / political culture / neoliberal pressure. We understand that European states, including Spain, have been under great neoliberal pressure concerning the transformation of their state model, pressure that is confronted by political culture and the welfare state, and it is this equalization that we are interested to observe through the analysis of Excluded subjects representation. Based on the analysis of French discourse, having Foucault as the central reference, we present the specificities of each journal in the treatment of the theme, having as conceptual basis the reflection on discourse, representations and political culture. We observed that the prosecuted interdictions aimed to contribute to the policy understanding that was sought to print.*

**Keywords** - *journalism; discourse analysis; media representations; political culture*

## Introdução

Neste artigo propomos refletir sobre as estratégias discursivas utilizadas pelos jornais espanhóis para abordar um aspecto da crise econômica de 2008, o problema da moradia e, conseqüentemente, o problema dos sujeitos excluídos de moradia em função da crise. O tema da exclusão está relacionado a lógicas de poder, lógicas estas construídas ao longo da história numa interlocução contínua com dinâmicas de Estado e o alastramento do neoliberalismo e, para ponderarmos sobre o mesmo, recuperamos as reflexões de Michel Foucault. Este autor propôs o discurso como uma prática, prática de poder e, ao eleger o discurso como chave metodológica estabeleceu, também, uma demarcação epistemológica ao entender que os sujeitos e sociedades não estão dados, mas sim, se constituem a partir dos discursos, ou seja, a partir das práticas discursivas que são práticas de poder.

Esta proposição teórico-metodológica não se restringe a uma análise semântica, lógica, sintática, extrapolando a interioridade do enunciado e obrigando-nos a uma abordagem sócio-histórica, que capture rupturas diacrônicas e sincrônicas, articulando o discurso em sua prática e em suas dinâmicas de poder. Esta abordagem se baseia no percurso metodológico de Foucault que propõe o binômio arqueologia-genealogia para a constituição de seus objetos discursivos. Em sua perspectiva arqueológica buscou reconstituir “...os próprios discursos enquanto práticas que obedecem a regras...” (FOUCAULT, 2014, p.169), enquanto em sua perspectiva genealógica procurou destrinchar tanto a origem dos discursos quanto o modo como o poder os controla.

Assim, numa abordagem arqueogenealógica<sup>1</sup>, buscamos as recorrências históricas, em dispersão, que viabilizam a constituição de uma formação discursiva, constituída por uma regularidade dispersiva. Trata-se, assim, de perspectiva que só se completa no entrelaçamento do acontecimento propriamente discursivo em sua dispersão obrigando-nos a extrapolar uma delimitação espaço-temporal restrita. Dada a amplitude analítica que esta opção carrega, optamos pela análise do discurso centrada neste único autor.

Começamos o texto com a contextualização histórica que, por um lado, situa a própria crise iniciada em 2008 e, por outro lado, retoma o objeto em sua dispersão, recuperando linhas que explicitam uma regularidade. Na sequência, apresentamos as matérias jornalísticas, numa perspectiva arqueológica e, para este âmbito, no espaço deste artigo, atentaremos para os sujeitos da fala e

aspectos das modalidades enunciativas observando, fundamentalmente, as interdições explicitadas.

### **O cenário e sua dispersão**

A crise econômica de 2008 atingiu todos os continentes, criando distintas consequências econômicas, sociais e políticas para todos os envolvidos. A Espanha, objeto de análise deste artigo, viveu seus anos dourados, segundo a Oxfam<sup>2</sup>, entre os anos de 1995 e 2007, momento em que a crise econômica se anunciou. Neste interregno, apesar da bonança, a Espanha não conseguiu estruturar polos produtivos, tendo seu eixo econômico de maior crescimento centrado, justamente, no mercado imobiliário, setor mundial que mais sofreu com a crise. Assim, a partir de 2008 a crise se iniciou e em 2009 se agudizou. Ainda segundo relatório (OXFAM, set. de 2013) para rechaçar a crise, a União Europeia fez um resgate sem precedentes de seus bancos, com o custo do enorme aumento da dívida pública, aprovando entre 2008-2011 “la concesión de 4,5 billones de euros en ayudas para el sector financiero (el equivalente al 36,7% del PIB de la UE)” (OXFAM, set. 2013, p.7).

A primeira constatação registrada no relatório anual de 2009 elaborado pela Cáritas<sup>3</sup>, no item ‘diagnósticos’, indicou o aumento de 50% da população necessitada no primeiro ano de crise. Com isto, neste cenário, despontou um grupo social novo, composto na maioria de homens já inseridos no mercado de trabalho, autóctones<sup>4</sup>, com uma faixa média de 40 anos de idade caracterizando-se, agora, como sem moradia e com dificuldades de garantir condições básicas, como alimentos e vestimentas, além de todos os outros aspectos. Isto porque inúmeras famílias foram despejadas por não conseguirem pagar os aluguéis e/ou as parcelas do financiamento da casa própria no novo cenário salarial, que reduziu proventos a menos que a metade e aumentou abruptamente o número de desempregados. A maioria das famílias que comprou uma casa e não conseguiu pagá-la, precisou entregá-la, perdendo a moradia e mantendo as dívidas da compra, pois seus valores atuais não condiziam com os valores do ato da compra. Criou-se uma situação inusitada de sem-tetos, endividados. Para a OXFAM, que faz estudos comparativos em todo o mundo:

Si las medidas de austeridad siguen adelante, en 2025 entre 15 y 25 millones de europeos más podrían verse sumidos en la pobreza. Oxfam lo sabe porque ya ha sido testigo de situaciones similares. Existen claras semejanzas entre estos programas de austeridad y las ruinosas políticas de ajuste estructural impuestas en América Latina, el

Este Asiático y África subsahariana en las décadas de 1980 y 1990. Estas políticas fueron un fracasso (174- Informe OXFAM, set. 2013, p. 1)

Este cenário atingiu Estados europeus que se definiam pelo chamado Estado de Bem-Estar Social. A Europa gestou uma formulação própria de Estado, distinta do modelo liberal norte-americano em voga e propôs uma formulação política que alçou questões sociais como questões de Estado, denominado como Estado de Bem-Estar Social. Se retomássemos o debate teórico conceitual sobre esta formulação, encontraríamos enormes divergências, entre os teóricos, quanto aos motivos que favoreceram este tipo de formulação; quanto aos Estados europeus que iniciaram estas proposições e o momento em que realmente se efetivaram, bem como, quanto à capacidade de cada Estado em colocar suas premissas em prática. Mas todos concordam quanto à especificidade deste modelo de Estado que assumiu as questões sociais como questões de Estado, definitivamente edificado no pós- segunda guerra.

É dentro deste quadro que passamos a apresentar os primeiros traços, sutis e gradativos, de desmantelamento de um Estado voltado às políticas sociais. Os anos de 1980 foram anos de novas transformações capitalistas de densidade, fomentando os posteriores debates sobre a chamada globalização<sup>5</sup> (Santos, 2006; Ortiz, 2006; Warnier, 2003; Canclini, 2007) que tem como eixo central o neoliberalismo (Foucault, 2008; Dardot e Laval, 2016). Estudos demonstram que foi nestes anos que se iniciaram os primeiros indícios de reformulação do papel do Estado na Espanha, quando começou a alteração do sentido social da moradia, iniciando mudanças constitucionais quanto à acessibilidade e segurança da mesma, bem como, a privatização do sistema bancário.

Colau (Colau, 2013) propôs a reflexão a partir da relação dicotômica entre propriedade e aluguel da moradia. Segundo a autora, a moradia ainda hoje se constitui como um direito constitucional; até os anos de 1950 este direito se estruturava, em grande parte, pela ideia de função pública da moradia, com a construção de moradia popular com fundos públicos e posterior aluguel com finalidade social. Esta perspectiva começou a sofrer as primeiras alterações nas duas últimas décadas do governo franquista, com o desmantelamento dos chamados parques públicos de moradia de aluguel e a constituição de políticas voltadas para a aquisição da propriedade “Um giro que se acabou consolidando durante la transición democrática, cuando más del 90% de las viviendas protegidas que se construyeron fueron de compra y el alquiler público se convirtió en una opción residual.” (Colau, 2013, p. 57). Aparentemente isto não seria um problema e sim uma conquista, já que seriam políticas de garantia

da propriedade de bem essencial. Contudo, estas mudanças vieram acompanhadas, também, de alterações quanto ao entendimento da função social da moradia, perdendo a condição de bem de função social e transformando-se em bem de mercado, visando lucro. Isto porque, apesar do primeiro modelo de construção de propriedade popular para venda ter ocorrido através do financiamento público, mantendo a função social para a aquisição da propriedade, logo foi transferida para a iniciativa privada (partir dos anos 1980), já nos governos democráticos, pois Felipe González assumiu em 1982. O processo ocorreu em etapas. Primeiro houve o processo de privatização do setor bancário, que ocorreu ao longo dos anos de 1980, seguido de outro processo de desregulamentação de algumas regras do mercado financeiro. “Esta desregulación fomentó una política expansiva del crédito e facilitó el endeudamiento de las familias, que pasó del 55 al 130 % de la renta disponible durante el decênio 1997-2007.” (Colau, 2013, p. 53); criando a imagem de enriquecimento da população, com grande circulação de moeda. Segundo, como a propriedade foi ganhando um status de bem de mercado, o aumento da oferta de compradores, que estavam se endividando para isto, gerou o aumento do custo do bem “ Si em 1997 se necesitaban 3,8 salarios brutos anuales de una familia para comprar un piso, em 2007 hacían falta 7,6 anualidades.” (idem, p. 53).

Terceiro, a Ley de Arrendamientos Urbanos (LAU) de 1985 liberou o aluguel, deixando de estabelecer um teto de cobrança do mesmo e diminuindo cada vez mais o tempo do contrato que, de dez anos iniciais chegou a três anos por lei. Vemos que a opção do aluguel se tornou muito instável e arriscada, somada a políticas de facilitação de crédito, provocando uma corrida em massa pelo endividamento para a aquisição da propriedade, deixando o setor bancário livre para a administração da questão. Quarto, os bancos utilizaram de artimanhas para aprovarem créditos considerados de risco, sem sofrerem impedimentos legais “...extendieron los llamados ‘avales cruzados’ uma espécie de atrezo para maquilar las hipotecas subprime españolas...consistia em agrupar personas com pocos recursos para que se avalaran entre ellas “ (Colau, 2013, p. 67).

No momento em que a crise se instalou, o problema da dívida foi exclusivamente do contratante e seu fiador, como se não houvesse uma política de incentivo ao endividamento, encabeçada pelo sistema financeiro, com o aval governamental. Ou seja, houve o fim do caráter social da moradia, que passou a ser regida pelo mercado, bem como, houve a convivência dos governos quanto à concessão de empréstimos bancários, pela alteração das exigências legais para a

aprovação de crédito bancário, num claro incentivo ao endividamento. Ao mesmo tempo, como já apontado, houve a alteração de regras do sistema financeiro:

“ La privatización de la banca no solo supuso la pérdida de uno de los instrumentos em materia de política económica más importante em manos del Estado, como es la creación de dinero sino que también significó la pérdida de um instrumento básico a la hora de diseñar el modelo productivo sobre el que tenía que fundamentar-se nuestra economía.” (Colau, 2013, p.52)

Com a crise de 2008 já instalada, vimos a pressão por novos passos desta desmontagem pautada pelo argumento da necessidade de austeridade. Como colocou o relatório da OXFAM, a proposta neoliberal de austeridade estava calcada na diminuição dos gastos públicos incidindo, então, sobre os gastos sociais. Estes passaram a ser entendidos como ônus do Estado, numa construção discursiva crescente e recorrente, como bem colocado por Dardot e Laval “Uma das constantes do discurso neoliberal é a crítica da ‘dependência à assistência’ gerada pela cobertura generosa dos riscos concedidos pelos sistemas de assistência social” (Dardot e Laval, 2016, p. 211). Apesar de não termos propriamente a desmontagem do Estado de Bem-Estar Social, observamos o fomento ao discurso de austeridade acompanhado, como já apontado, de mudanças significativas, apesar de pontuais. Não por acaso, o relatório Cáritas (Cáritas, 2010) indicou a intensificação das carências em função da diminuição de recursos públicos direcionados aos setores sociais carentes, levando a um aumento dos gastos da população em saúde e educação. Restrições à ajuda oferecida para a compra de remédios, material escolar, taxas universitárias, etc demonstram a gradativa diminuição das funções do Estado de Bem-Estar Social (Cáritas, 2013). Assim, com o processamento de uma nova lógica econômica, baseada no crescimento necessário e incontestável, o sentido social da pobreza e exclusão foi sendo transferido à responsabilidade do próprio indivíduo. Em outras palavras, vemos a lógica liberal, agora neoliberal, pressionando lentamente o projeto de bem-estar social, jogando para os indivíduos a responsabilidade da administração das questões, gerando uma indeterminação perene, causada pela “ subjetivação neoliberal” (Dardot e Laval, 2016,p. 9)

Contudo, como colocado por Roca “ ...los seres humanos no son simples carências sino seres capaces de acciones posibilitantes (Roca, 2012,p.40); assim, se houve uma condução econômica, alterando o sentido político do Estado, ocorreu também as resistências dos sujeitos sociais, com a organização

de grupos de pressão. Em fevereiro de 2009, em função, como já discutido, da agudização da crise econômico-social, foi fundada a PAH – Plataforma de Afectados por la Hipoteca. Esta não foi a primeira plataforma de luta por moradia, sendo precedida pelo ‘V de Vivienda’ fundada em 2006; mas, como apontado pela Cáritas, estes dois coletivos apresentaram públicos diferentes, sendo o primeiro composto essencialmente por jovens que tentavam ingressar no cenário produtivo e ter sua moradia própria.

Com o início da crise, membros do movimento ‘V de Vivienda’ perceberam o momento adequado para capitalizar a insatisfação e sofrimento num movimento que se renovava e encontrava outras condições objetivas. Mas, se por um lado, o movimento teve uma clara continuidade, por outro lado, se constituía por outros sujeitos, pois se o ‘V de Vivienda’ concentrava uma maioria de jovens, que enfrentava dificuldades para entrar no mercado de trabalho e para ter casa própria, o PAH aglomerava famílias já constituídas e enredadas pela dívida e o risco do despejo. A dúvida inicial do movimento era a de como captar este grande número de problemas individuais numa questão comum coletiva abordando, inclusive, aspectos subjetivos relacionados aos endividamentos como “... una sensación de desánimo, vergüenza y soledad.” (Fallarás, 2013, p. 17) o que demonstrava o impacto do imaginário neoliberal sobre as pessoas, buscando alterar valores e visões de mundo e afetando, assim, a própria autoimagem de cada sujeito.

“Por tanto, el primer objetivo de la PAH es generar un espacio de confianza y comunidad por medio de las reuniones presenciales, que les brinden la oportunidad de expresarse y compartir con otras personas su experiencia...El proceso de desculpabilización es un paso necesario y previo al apoderamiento. Además, generar este espacio de encuentro y seguridad contribuye al mismo tiempo a romper con la lógica de una sociedad atomizada y altamente competitiva en la que las personas se relacionan en un juego de suma cero, según el cual, cuando uno gana lo hace en detrimento de otro” (Colau, 2013, p. 94/ 95)

Desde sua fundação, a PAH se fez visível em suas reuniões semanais, abertas a todos os interessados e necessitados, através de site e blogs próprios e, através de seus representantes de maior visibilidade, como é o caso de Ada Colau. Segundo ela, em seu livro ‘Vidas Hipotecadas’ os objetivos da PAH são:

La Plataforma surge para dar respuesta al drama que viven centenares de miles de familias ante la constatación de que el marco legal preestablecido está diseñado para sobreproteger los intereses de las entidades financieras en detrimento de la parte más débil e indefensa del contrato hipotecario. (Colau, 2013, p. 87)

Quando a autora se referiu ao marco legal apontou para uma construção ideológica, sustentada pela legalidade das leis e pela permissividade do Estado que inviabilizou a defesa dos devedores. Santos já havia demonstrado que “Quando o sistema político formado por governos e pelas empresas utiliza os sistemas técnicos contemporâneos e seu imaginário para produzir a atual globalização, aponta-nos para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão...” (Santos, 2006, p. 45), gerando um sistema legal que muito rapidamente delega o devedor à condição de culpado, iniciando os processos no prazo máximo de 3 meses.

Considerando o cenário apresentado, nossa intenção neste artigo foi a de verificar como o tema foi tratado pela grande imprensa, observando se houve grandes distinções na forma de representação midiática dentro deste grupo, ou seja, verificando se prevaleceu uma visão hegemônica sobre o processo e como foi administrado o trinômio – modelo de Estado / cultura política / pressão neoliberal. Assim, visamos compreender como a imprensa de um país regido pelo Estado de Bem-Estar social representou o tema da exclusão e como lidou com as pressões neoliberais. Perguntamo-nos, também, se os veículos de imprensa apresentaram argumentações semelhantes ou distintas na representação destes temas. O conteúdo aqui apresentado foi parte de uma pesquisa de Pós-Doc<sup>6</sup> desenvolvida na Universidade Complutense de Madrid. Para o espaço deste artigo apresentaremos apenas o cenário espanhol no recorte de novembro de 2012 até abril de 2013. Pautamo-nos, como já explicitado, na análise de discurso francesa, tendo como autor prioritário Michel Foucault. Dentre os jornais observados, além do jornal *El País* estão os jornais *El Mundo* e *La Razón*.

### **Referencial teórico-metodológico**

Como colocado em nossa Introdução, ao optarmos pela análise de discurso a partir de Michel Foucault, condicionamos conceituações e abordagens metodológicas a este entendimento. Partimos do fato de que Foucault propõe o discurso como prática de poder e esta conceituação se desdobra, necessariamente, numa abordagem metodológica que extrapola o texto em sua interioridade, buscando conexões sociais, políticas e de áreas de conhecimento fundantes, numa proposição, como já indicado, arquegenealógica. Assim, ao tomarmos os jornais espanhóis como fonte e objeto de pesquisa devemos lembrar que eles não totalizam a formação do objeto pesquisado pois, o que

eles apresentam como enunciados são parte da constituição do discurso, iniciando o método proposto. Isto porque o jornal não pode ser considerado uma unidade em si, já que está preso a um sistema de remissões, que entendidas, lhe dará sentido. Desta forma, o enunciado<sup>7</sup> do jornal se apresenta como um acontecimento discursivo “é preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimento, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros”. (Foucault, 2014, p. 31) e seu entendimento em teia que possibilitará levar a elucidação da regularidade discursiva, através da análise das relações entre enunciados e grupos de enunciados e, no momento em que “se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos por convenção, que se trata de uma formação discursiva.” (Foucault, 2014, p. 47)

Este longo processo de pesquisa se inicia na análise dos acontecimentos discursivos, o que nos leva à nossas fontes. A observação das mesmas, em sua interioridade, é feita a partir do que o autor denomina de ‘modalidades enunciativas’. Estas propõem a observação dos sujeitos e lugares da fala, atentando sempre para quem fala e em que condições, considerando, assim, o campo da enunciação<sup>8</sup>. Isto nos possibilita averiguar os processos de exclusão que se constituem em diferentes modalidades, como interdição, rarefação, rejeição, entre outras. Neste processo, devemos considerar ainda outros aspectos da construção dos discursos, que também perpassam por condições de exclusões como o que o autor denomina de ‘vontade de verdade’, que nos leva à análise das formas de saber que constituem os discursos e se qualificam em lógicas argumentativas. Para o espaço deste artigo, priorizamos a análise das modalidades enunciativas em diálogo com o contexto histórico (diacrônico e sincrônico) que as produziram, buscando antever aspectos genealógicos e processos de circulação, para chegarmos às suas regularidades.

### **Construções discursivas e formação do objeto**

Dialogando com Foucault, procuramos reconstituir a formação de nosso objeto-o discurso sobre o despejado espanhol, atentando para aspectos arqueológicos e genealógicos. Para tanto, buscamos alinhavá-lo em sua dispersão, percorrendo diferentes instâncias de constituição do tema, retomando as mudanças legais no que concerne ao tema da moradia; observando as referências no campo da economia, com a circulação de um ideário neoliberal; percorrendo instituições

civis que trataram do tema, como a Cáritas, a Oxfam e a PAH e, agora, passamos a reconstituir os discursos da imprensa, através da análise do escopo de nossa pesquisa que, como colocado por Díaz, “...revela que los medios de comunicación de referencia tradicionales continúan teniendo un papel protagonista en la construcción del marco simbólico con el que se aporta sentido a los temas de discusión pública” (Díaz, 2013,p. 1) Começamos com a tabela abaixo, que expressou a correlação entre a presença de matérias sobre o tema *desahucios* e o seu destaque como matéria de capa. Utilizamos, neste primeiro momento, o mês de novembro de 2012 como recorte comparativo, pois o interesse aqui era o de ponderarmos sobre a importância das matérias de capa. Imediatamente identificamos a desproporção entre ambas pois, ao mesmo tempo em que os jornais trouxeram o tema para o corpo das edições de forma contínua, não o consideraram tema de capa, excetuando-se o jornal *El País* que, de vinte e quatro edições, deu destaque do tema em dez capas<sup>9</sup>:

*Tabela 1- temática disponibilizada nas capas/ portillas:*

JORNAL	CAPA	SEÇÕES DO JORNAL
El Mundo	2	25
La Razon	1	23
ABC	—	—
El País	10	24

A capa aparece para nós como o primeiro momento de escolhas de um jornal, pois nesta são definidos os temas de interesse para cada edição, numa articulação inicial das escolhas de editoração do jornal (composição das ideias em texto; definição dos cadernos ou seções em que será a apresentação da matéria; diagramação de página; projeto gráfico), apresentando o acontecimento discursivo. Começamos ponderando conceitualmente sobre o discurso, pois aqui, o mesmo aparecerá como importante chave conceitual/metodológica de análise. Entendendo-o como “...o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 2010, p.10). Foucault partiu do pressuposto, aceito por nós, de que o discurso não é uma representação de um objeto ou da condição de poder, mas sim, a expressão da própria luta pelo poder, numa prática em constituição, carregada, então, de

densidade. Neste sentido, os discursos comportam tanto os conflitos em prática quanto os ideários, visões de mundo e sentidos políticos que se buscam vitoriosos no contexto em que se constituem. Assim posto, a análise dos discursos mostra-se como uma perspectiva metodológica<sup>10</sup>.

Considerando o discurso como uma prática, assumimos o discurso em sua tensão, em contínua disputa e, retornando ao nosso corpus de análise, reavaliamos o significado da presença ou ausência do tema nas capas dos jornais, entendendo que ali se afirmou um lugar de existência ou silenciamento do mesmo. A capa é o primeiro lugar de disputa, lugar prioritário e vemos que há uma desproporção considerável entre a presença do tema no corpo do jornal e nas capas dos mesmos, independentemente da característica da matéria veiculada. Segundo Foucault, as formas de controle da produção do discurso são variadas e um importante modo de controle sobre o mesmo se dá por lógicas de interdições “tabu do objeto, ritual de circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam...” (Foucault, 2010, p.9). A interdição como tabu começou pelo mais óbvio, seu silenciamento<sup>11</sup>, sua presença ou ausência. Existem outras formas de exclusão, além das interdições, como a rejeição, a separação ou a rarefação, este último muito presente na situação analisada.

Para ponderarmos sobre estas questões, devemos avançar na discussão, analisando os acontecimentos discursivos e suas modalidades enunciativas. Lembramos, também, que o intuito maior da pesquisa, no qual este artigo está inserido foi o de analisar o peso e papel das referências e práticas político-culturais na constituição das representações midiáticas sobre os sujeitos excluídos. Observemos o trecho a seguir do jornal *El Mundo*; apresentamos a manchete da capa e o recorte da matéria do caderno Economia, ambos do dia 1/11/2012:

Figura 1<sup>12</sup>- jornal *El Mundo*- capa em 01/11/2012



Figura 2<sup>13</sup> – caderno Economía- jornal El Mundo em 01/11

Começamos com a apresentação do enunciado de ambos considerando que, como ato de comunicação, precisamos ter em mente dois diferentes âmbitos: primeiro, o próprio jornal como lugar de produção discursiva e segundo, o conteúdo da matéria jornalística, como constituição do objeto discursivo definido por nós. Analisar o jornal como lugar de produção discursiva pressupõe ponderar sobre as características do suporte (aspecto não discutido no âmbito deste artigo); sobre as relações políticas e econômicas da empresa jornalística e sobre o conteúdo do jornal em sua condição de enunciação. Propomos aqui o último aspecto (o conteúdo da matéria jornalística sobre o tema dos *desahucios*) para, através dele, compreender a mídia impressa (jornal) em sua produção discursiva. Para refletirmos sobre o acontecimento discursivo, sempre considerando-o como prática “Os discursos não são um conjunto de signos (que remetem a conteúdos ou representações) mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam...” (Foucault, 2014, p. 60), visamos recuperar a formação dos objetos do discurso e suas modalidades enunciativas considerando, inicialmente, os sujeitos da fala (no corpo da matéria), os lugares institucionais da mesma, seus encadeamentos e estratégias discursivas.

Partimos, então, do jornal *El Mundo*, em matérias do dia 1/11/2012. Considerando o elemento ‘sujeitos da fala’, ou seja, os sujeitos autorizados pelo jornal a constituir um discurso, vemos, como destaque, na manchete de capa, dois sujeitos em interlocução- o governo e o *PSOE* (*Partido Socialista Obrero Espanhol*), principal partido de oposição. Estes mesmos personagens estão presentes na manchete da matéria do caderno economia ‘*Rajoy* oferecendo pacto à *Rubalcaba*’. Associando o elemento ‘sujeitos da fala’ ao ‘acontecimento’ em destaque, considerando-o ‘acontecimento discursivo’ notamos que ambos destacam o fracasso do plano inicial do governo, pautado

pelo Código de Boas Práticas Bancárias (tradução nossa) e a necessidade de buscar outra solução, permeada por acordo com o partido de oposição, o *PSOE*. Ao tratar do tema *desahucios*, o acontecimento em destaque foi a articulação político- partidária necessária à resolução do problema. Abaixo vemos duas outras manchetes, de cadernos distintos, ainda no mês de novembro:

Figura 3- Jornal *El Mundo* em distintos cadernos e dias do mês de novembro

3-a <sup>14</sup> Caderno España-06/11/12	3-b <sup>15</sup> Caderno Economía 03/11
	

No primeiro caso, os personagens ainda são os mesmos: governo e *PSOE* e no segundo caso, alteram-se os personagens, colocando bancos em oposição ao governo, mas mantendo a mesma lógica discursiva, a crítica à ineficiência do governo na resolução do problema dos *desahucios*. Vejamos o teor da crítica, considerando a matéria de 06/11:

O *PSOE* pressiona porque traz sua elaborada proposta para reformar as regras dos despejos, - o que implicaria a alteração de até cinco leis orgânicas-, o Governo tem demonstrado a sua vontade de resolver este grave problema, que já afetou cerca de 400.000 famílias e ameaça outras 200.000. Mas o *PSOE* foi ontem um passo mais longe e exigiu do Executivo um acordo urgente, rápido e eficaz, para que não ocorram mais despejos na Espanha nas condições atuais, claramente vantajosas para os bancos. [tradução nossa]<sup>16</sup>

Vemos que dois aspectos organizam a argumentação: há uma aliança possível entre *PSOE* e governo para a resolução do problema e o *PSOE* aparece como ator do conflito, que precisa sempre atuar com maior pressão, viabilizando avanços para os despejados. Notamos, ainda, nos casos apresentados, dentro de outra categoria proposta por nós, o silenciamento, que há uma contínua negação da presença do sujeito *desahuciado* e das organizações que os apoiam, como

possível sujeito de ação. Este é o perfil predominante das matérias sobre o tema publicadas no mês de novembro de 2012.

Se tomarmos o mesmo mês considerando, agora, o jornal *La Razón*, perceberemos encaminhamentos distintos. Observemos o trecho de matéria do dia 01/11<sup>17</sup> cujo título é “*Rajoy* buscará com el *PSOE* más medidas contra los desahucios”:

MADRI -O primeiro-ministro, Mariano Rajoy, ontem não descartou novas medidas contra os despejos, situação na qual estão sofrendo muitos cidadãos e garantiu que o governo será "atento" à proposta sobre o tema levada pelo *PSOE*. Rajoy falou sobre este assunto ao plenário do Congresso em resposta ao discurso do líder socialista, Alfredo Perez Rubalcaba, no debate sobre as conclusões do último Conselho Europeu, em Bruxelas. Rubalcaba pediu ao Chefe do Executivo para apoiar a iniciativa socialista apresentado esta semana na Câmara, na qual, entre outras propostas, propõe um programa de aluguel social para os afetados por despejos no prazo de dois meses e cooperação com os conselhos locais para abrir gabinetes de informação e apoio à estas pessoas. (tradução nossa)<sup>18</sup>

Quando lemos este trecho não identificamos grandes diferenças entre os dois jornais ao considerarmos as unidades de análise, sujeitos da fala e acontecimento, bem como a categoria construção composicional. Contudo, a leitura de todo o mês de novembro vai configurando um perfil um pouco distinto para este jornal. Vejamos o trecho abaixo destacado de matéria do dia 06/11. Nesta, o leitor ainda fica em dúvida quanto à posição do jornal, pois destaca a crise em relação à moradia, compactuando com o sofrimento dos despejados:

Figura 4<sup>19</sup>- Jornal La Razón em 06/11/2012

Dois aspectos na matéria merecem destaque: o jornal sempre destaca a ação do governo demonstrando que, apesar da crise e dos problemas incontestáveis, o governo está agindo da melhor forma possível. Outro aspecto interessante é o argumento de que existem informações nebulosas, quase propositais, para confundir o leitor; só nesta matéria, o jornal destaca dois exemplos disto: primeiro anunciando que “nem todos os despejos são provocados por execuções hipotecárias; e, tampouco, todos os processos de execuções terminam em despejos” (tradução nossa) e, segundo, que nem todo suicídio se relaciona aos despejos. Isto porque a questão do suicídio tornou-se mola propulsora dos movimentos sociais de oposição às políticas instaladas para a habitação, aparecendo posteriormente em muitas matérias de jornais. O jornal traz um caso em que houve suicídio, mas que a motivação foi uma briga familiar por herança; trata-se de enunciação que visa desqualificar e minimizar os efeitos da crise em questão. Ao mesmo tempo mantém matérias de apoio explícito ao governo, inclusive em suas capas:

Figura 5<sup>20</sup> - jornal La Razón em 10/11

Encontramos, ainda, algumas matérias ao longo do mês, nesta linha acima indicada, discutindo a problemática referente à *dación en pago*<sup>21</sup>. A tendência do jornal é mostrar que a aprovação da Lei, que aceita a entrega do imóvel como quitação da dívida, seria bastante arriscada para o cidadão. O argumento utilizado é que geraria insegurança jurídica, prejudicando posteriormente os cidadãos que precisassem de empréstimos, numa nova estratégia de desqualificação da posição.

O jornal *El País* mantém proximidades com os dois jornais já apresentados; podemos notar pelas matérias de capa que, tal qual os dois outros jornais, mantém o debate no campo político institucional, apresentando os movimentos partidários para a discussão da questão, sem grande alteração temática. Mantém, também, a rarefação do sujeito em relação às ações das plataformas/coletivos envolvidos na defesa dos despejados e em relação à visibilidade dos próprios despejados mas, diferentemente dos dois outros jornais, vem carregado de uma construção composicional do texto mais voltada para o problema do sofrimento social. Já em novembro, várias foram as matérias que destacaram a crueza da condição social reinante, trazendo, a partir desta constatação, o poder Judiciário como o poder isento capaz de solucionar os conflitos:

"Enquanto a crise atual durar, os juízes deveriam ser capazes de adiar ou suspender o despejo dos que não podem continuar a pagar a sua hipoteca por estarem sem trabalho. Esta é certamente uma das "Propostas para a Agilização e Reforma dos Processos Cíveis", apresentado ao Conselho Geral do Poder Judicial (CGPJ) por um grupo de juízes. Também é uma das reformas previstas na Iniciativa Legislativa Popular promovido pela Plataforma de Afetados pela Hipoteca e Observatorio DESC (juntamente com outras organizações sociais e sindicais). Mas também, e talvez acima de tudo, acaba por ser a opinião massiva que expressa 94% dos espanhóis, de acordo com o levantamento de dados recolhidos na tabela Metroscopia que acompanha estas linhas. A sociedade

espanhola tem empatia unânime com o drama que representa um despejo. Até agora, em 2012, as execuções hipotecárias arrastaram uma média de 526 despejos diários ". (tradução nossa)<sup>22</sup>

Destacamos o trecho acima pois o mesmo nos ofereceu alguns aspectos importantes. O primeiro foi uma referência ao *PAH*<sup>23</sup> (Plataforma dos Afectados pela Hipoteca), apesar de não lhe colocar no centro do debate. O segundo é a explanação sobre as articulações de juízes em torno da tentativa de resolução dos problemas sociais, através da composição em torno do Conselho Geral do Poder Judiciário e, por fim, a empatia com o sujeito em sofrimento. O jornal *El País* seguirá em suas edições com a estratégia do destaque do sofrimento e a necessidade da contenção deste através dos 'juízes pela democracia'<sup>24</sup>:

"La irrupción de los jueces, desde los más progresistas hasta los más conservadores, en contra de los abusos cometidos en los desalojos ha supuesto otro avance. En un gesto poco habitual, el grêmio denunció hace unas semanas la indefensión que viven los afectados, ya que el juez no puede decidir si el impago se produce por motivos justificados o no. Poco después, los jueces han arremetido, junto a fiscales y abogados, contra las nuevas tasas judiciales, porque creen que perjudican al ciudadano. "No se nos puede quitar carga de trabajo a costa de reducir la capacidad del ciudadano de acceder a la justicia", explica Joaquim Bosch, portavoz de Jueces para la Democracia."<sup>25</sup>

A associação de Juízes pela Democracia foi fundada na Espanha em maio de 1983 e apresentou como princípios norteadores a independência da justiça para a efetivação dos direitos dos cidadãos e da democracia. Para nós, no espaço deste texto, interessa observar seu posicionamento no contexto aqui recortado e o destaque contínuo dado pelo jornal *El País* à atuação da mesma. A articulação dos juízes ocorreu pela composição de diferentes frentes políticas, como explicitado na matéria de 01/12. O texto destacou a preocupação dos mesmos com o excesso da lei, extrapolando condições de justiça e observaremos, a partir de outras matérias deste mesmo jornal, uma atuação mais incisiva na busca da proteção dos direitos humanos das pessoas despejadas. No dia 02/12 o jornal fez uma reportagem de 5 páginas inteiras com o juiz José María Fernández Seijo '... titular del Juzgado Mercantil Número 3 de Barcelona' que contou sua experiência com casos de hipotecas:

"Fernández Seijo es uno de los principales responsables de que la normativa española sobre ejecución hipotecaria esté ahora mismo en la picota, pese a los intentos del sistema bancario para que todo quede como está. Fue él quien planteó al Tribunal de Justicia de la Unión Europea el caso de Mohamed Aziz, un desahuciado que pidió amparo judicial

por entender que los términos del préstamo eran abusivos, y se espera sentencia para antes de Navidad. De momento, el informe de la abogada general de ese tribunal considera que la legislación española es abusiva e incumple la normativa europea de protección de los consumidores.”<sup>26</sup>

Neste percurso o projeto tramitava no Congresso e o Juiz José Maria Fernández Seijo entrava com recurso em tribunal na EU, que emitiu sentença no dia 15/03, entendendo que a normativa espanhola sobre empréstimos hipotecários e sobre os despejos não era compatível com a diretiva europeia aprovada a vinte anos sobre os direitos do consumidor, como visto em manchete de capa abaixo:

(Fig.6- *El País*,15/03-1)<sup>27</sup>

## **El tribunal de la UE otorga poder a los jueces para frenar desahucios**

- ▶ La sentencia permite paralizar desalojos por cláusulas abusivas
- ▶ Rajoy: “Cambiaremos la ley con la mayor celeridad posible”

Este resultado abriu a prerrogativa aos juízes para analisarem os contratos bancários espanhóis sobre financiamento da casa própria, verificando se nos mesmos existiam cláusulas abusivas possibilitando, pelo menos em tese, a revisão dos mesmos. Pôs-se em discussão os critérios para defini-las. Com estes processos, algumas pequenas vitórias se anunciaram aos devedores. Os bancos não podiam mais iniciar um processo de despejo a partir de uma única parcela devedora e a partir deste momento, o governo aprovou que só a partir de 3 parcelas que o mesmo podia começar, mas isto não aliviou muito pois, como já discutido, os hipotecados são invariavelmente desempregados, o que inviabilizava a quitação das parcelas. Vemos, portanto, que a estratégia discursiva do jornal *El País*, acima de qualquer defesa a grupos específicos, buscou reforçar o Estado de Direito e o apoio ao PAH e seus membros foi consequência desta visão.

### **Considerações finais**

A observação dos sujeitos de fala (e, logo, dos lugares de fala) teve a finalidade de viabilizar a compreensão, em primeira instância, das regularidades discursivas, ou seja, dos procedimentos contínuos utilizados na construção de

discursos que, de tão contínuos, se tornam familiares e incorporados, tornando-os tão naturais que seu questionamento seria inadequado. Identificada uma regularidade discursiva estaria definida uma formação discursiva. No caso dos três jornais de maior circulação no território espanhol, vemos uma clara regularidade na definição da delimitação do objeto: tratar da questão dos excluídos obviamente é de responsabilidade do aparato do Estado, em seus diferentes poderes, parecendo natural a presença apenas destes sujeitos. Foucault sugeriu que nos inquietemos com o óbvio e procuremos, sempre, buscar a desmontagem destes discursos, desvelando o que estaria por trás das obviedades. Esta regularidade discursiva revelou uma compreensão do poder ou a tentativa de apresentar o poder como um poder espacialmente localizado, ou seja, no aparato do Estado. São estes os sujeitos responsáveis pelas decisões. Diríamos que estes discursos revelaram o entendimento de poder que se quer instituir.

Isto explica o silenciamento de instituições atuantes na sociedade, vinculadas às questões sociais em causa, bem como, o tabu quanto à presença do discurso do sujeito diretamente envolvido na questão, o cidadão despejado. Se fosse dada efetivamente voz a estes sujeitos, chegaríamos ao questionamento da estrutura de poder, político e econômico engendrados. Organizações críticas como o *V de Vivienda* já existiam desde 2006 e a *PAH* desde 2009. Seus membros e muitas outras lideranças, vinculadas a outras plataformas, como Juan Carlos Monedero, professor de Política da Universidade Complutense de Madrid, atuante na *Izquierda Unida* por vinte anos e um dos fundadores do *Podemos*, continuamente questionaram a forma de fazer política e seu entendimento de democracia estruturados com o fim do franquismo, em 1975. Como diagnosticado por Colau, em livro de Gil y Barcia sobre personalidades espanholas, que trazem a vida e percurso biográfico de algumas personalidades políticas, "...la política de uns pocos com el consenso como valor supremo, lo que se decide institucionalmente qué es y no es política agoniza desde el 15M." (Gil y Barcia, 2015, p. 10). Estas críticas nunca tiveram voz nos jornais da grande imprensa e explodiram no contexto eleitoral de 2015 (posterior ao recorte aqui proposto), que garantiu a vitória aos cargos de prefeito de Manuela Carmena e Ada Colau nas duas principais cidades do país- Madrid e Barcelona, respectivamente. Em suas administrações, ambas garantiram a proposição da descentralização administrativa e a maior participação popular nas decisões sobre a cidade; Carmena passou a utilizar a prerrogativa de consultas públicas para algumas decisões, num claro movimento de reordenamento do lugar dos partidos e dos cidadãos no fazer política.

Isto indicou uma clara crítica à uma noção de democracia nascente no período da chamada Transição Espanhola, pós-franquismo que, para parte da sociedade e da intelectualidade, constituiu um acordo de elites, sem grandes rupturas. O partido do governo em nossa pesquisa, era o *PP* (Partido Popular) que, apesar de fundado em 1989, tem como base original o partido *Alianza Popular*, composto por políticos vinculados ao franquismo. Mais uma vez atesta Ada Colau em biografia trazida por Gil y Barcia “Todo ello expresa una constestación al bipartidarismo y el régimen instalado em los últimos treinta y sete años.” (Gil y Barcia, 2015, p. 11)

Entendemos, com isto, que no contexto analisado por nós, os jornais expressavam a percepção do movimento do lugar e do fazer da política, numa escolha em reforçar os padrões ainda vigentes, excluindo as camadas populares do direito e acesso à prática política. Como dito, numa clara intencionalidade de demarcar o entendimento de poder que queriam instituir explicitando, a nosso ver, uma formação discursiva sobre o poder e a democracia. Inferimos, inclusive, que a escolha do jornal *El País* em destacar o poder judiciário como ator necessário para o desenlace da crise instaurada, indicava uma forma de acalmar o cenário político, numa proposição de mudança sem alterações efetivas do campo político.

Toda regularidade discursiva está amparada num conhecimento que lhe dá sustentação e sempre decorre de um processo historicamente constituído. Como indicamos, o ordenamento político em questão retrocede ao período de desmantelamento da ditadura franquista. O espaço deste artigo não nos permite, por exemplo, reconstituir a gênese destes discursos, mas permite identificar suas regularidades, esclarecendo algumas causas que tornaram as mesmas formações discursivas estabelecidas. Assim, vemos que os jornais priorizaram os personagens/sujeitos institucionalmente constituídos: governo e partidos, tornando a discussão social uma discussão político-partidária, própria do âmbito político institucional, no caso, sendo os dois primeiros jornais opositores: o jornal *El Mundo* na oposição contínua ao governo e o jornal *La Razón* no apoio incondicional ao mesmo. Nestes enfrentamentos estavam, também, os embates entre políticas neoliberais e de preservação do modelo de Estado de Bem-Estar Social, na forma como estava constituído. Usaram os mesmos fatos com visões políticas opostas, visões estas que resvalavam em projetos políticos de sociedade. O partido do governo apontou de modo mais claro para uma perspectiva neoliberal, num nítido diálogo com o mercado. Os jornais – *El Mundo* e *El País* não extrapolaram este mesmo campo institucional, estando o jornal *El Mundo* vinculado aos interesses do partido de oposição. O

jornal *El País* não se partidariizou e, para garantir a defesa do Estado de Bem-Estar Social, deu destaque ao poder judiciário no enfrentamento com o poder do mercado, como solução para apaziguar as tensões.

Ao considerar a defesa do âmbito do Estado como lugar legítimo de fala, apontamos para Ortega, que entende que esta regularidade traduz o percurso histórico do próprio país, apontando para o lugar e características da produção jornalística:

" Estudo efetuado a partir de análise comparativa definiu três modelos de jornalismo impresso: o liberal Atlântico Norte (Canadá, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Irlanda), o democrático corporativo da Europa central setentrional (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Países Baixos, Noruega, Suíça e Suécia) o pluralista polarizado - da Europa mediterrânica (Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal). Suas principais características são descritas por seus autores nos seguintes termos: "O modelo liberal é caracterizada pelo domínio, ao menos relativo, da lógica do mercado e da mídia comercial; o modelo corporativo-democrático por uma coexistência histórica de meios de informação comercial e meios de comunicação ligados a organizações sociais e grupos políticos e um papel ativo do Estado mas limitado juridicamente ;o modelo pluralista -polarizada, ao contrário, é caracterizado pela sobreposição entre meios de comunicação e política, um desenvolvimento mais fraco dos meios comerciais e de um flerte intervencionista do Estado (Hallin apud Ortega, 2006, p. 25- tradução nossa)

Nesta classificação proposta, considerando que o nosso corpus refere-se ao chamado modelo pluralista -polarizado, destacamos um aspecto fulcral, a articulação entre a mídia impressa e a política, numa lógica de respaldo partidário, defendendo visões políticas como se fossem consenso. Percebemos esta estrutura nos jornais observados que, como já indicado, apresentaram as questões político-sociais, sempre, como questões político -partidárias e vinculadas aos interesses do Estado. Nos meses observados, ao longo de toda a pesquisa, as conduções discursivas ocorreram como procuramos demonstrar. As primeiras consequências desta condução foram a baixa autonomia jornalística para o trato da informação, prevalecendo uma argumentação de convencimento frente a uma informação plural, tornando o jornalista um ativista político.

Segundo Ortega (Ortega, 2006) este modelo se constituiu em função do próprio processo histórico do país que, em seu percurso de transição de uma ditadura para um modelo democrático, optou pela constituição de uma lógica social calcada no fomento à opinião pública. O incentivo a esta corroborou um fazer político que priorizou os meios de comunicação como canal prioritário de formação da opinião pública, fortalecendo-o e ao mesmo tempo fragilizando a própria esfera pública, já que as articulações privilegiadas ocorreram entre a

produção midiática e a estrutura política. Na prática, o que vimos nos jornais foi a tentativa de constituir audiência, a partir de perspectivas políticas previamente definidas. Para Ortega, neste processo, ocorreu a mutação da informação jornalística para a opinião pré-fabricada. Segundo o autor “Esta colonização do espaço público pelos meios de comunicação e jornalistas converte estes últimos em abertos competidores dos políticos... numa lógica de antagonismos complementares” (Ortega, 2006, p35- tradução nossa). Neste aspecto, então, confirmaram uma configuração típica da grande imprensa neste país, bem como, reforçaram um modo de fazer política que aliena a grande maioria da população de sua própria condição política.

## Notas

<sup>1</sup> O termo arqueogenealogia foi aqui apropriado de fala de Maria do Rosário Gregolin em aula ministrada com o título ‘Análise do discurso com Michel Foucault’.

<sup>2</sup> A Oxfam se intitula uma confederação composta por 17 organizações que atuam em mais de 90 países. Sua preocupação é o extermínio da pobreza. Procede à análise de contextos e países e publica relatórios sobre os aspectos analisados; baseamo-nos, aqui, nestes relatórios.

<sup>3</sup> A Cáritas -la confederación oficial de las entidades de acción caritativa y social de la Iglesia Católica en España, instituída por la Conferencia Episcopal.

<sup>4</sup> Termo presente no relatório da Cáritas para indicar um grupo de não imigrantes. Isto é importante, pois segundo a instituição, o perfil do necessitado mudou, deixando de ser representado por jovens e imigrantes.

<sup>5</sup> Utilizamos o termo globalização (SANTOS, 2006) como forma de simplificar a identificação do momento histórico (momento de nascimento do termo) e das alterações econômico-políticas que começam a se processar, já que é termo de vasto uso de senso comum. Se fizéssemos uma reflexão efetivamente conceitual, utilizaríamos o termo mundialização (ORTIZ, 2006) mais complexo e pertinente, principalmente quando tomamos o campo da cultura.

<sup>6</sup> Nesta pesquisa propusemos uma análise comparativa Brasil – Espanha sobre as representações midiáticas de sujeitos excluídos, tendo como recorte temporal dois grandes momentos: o ano de 2009 e a virada de 2012/2013. Definimos como primeiro recorte temporal o ano de 2009 pois este ano se mostrou significativo nos dois contextos, em função da crise econômica. O segundo momento (novembro de 2012 a abril de 2013) mostrava-se mais significativo para o caso espanhol. Isto porque foi a partir do mês de novembro que o tema dos despejados começou a ter impacto na mídia em função dos suicídios recorrentes que passaram a acontecer, causados pelos despejos efetivados. Assim, foi a partir deste momento que o tema ganhou visibilidade, num percurso de enfrentamentos contínuos ao longo dos meses destacados.

<sup>7</sup> O conceito de enunciado utilizado por Foucault se aproxima do conceito proposto por Bakhtin, discutido por autores como Beth Brait e Rosineide de Melo (2005).

<sup>8</sup> Tal qual o conceito de enunciado, o conceito de enunciação em Foucault tem sua base em Bakhtin e foi discutido também por autores como Beth Brait e José Luiz Fiorin

<sup>9</sup> Os registros de quantidade de matérias serão feitos por edição/ dia de abordagem e não por quantidade de matérias numa mesma edição. Assim, a tabela aponta a quantidade de edições que abordam o tema.

<sup>10</sup> Permitam-nos uma pequena reflexão. Foucault, ao eleger o discurso como chave metodológica estabeleceu, também, uma demarcação epistemológica ao entender que os sujeitos e sociedades não estão dados, mas sim, se constituem a partir dos discursos, ou seja, a partir das práticas discursivas que são práticas de poder que elaboram.

<sup>11</sup> A interdição proposta a partir do termo ‘silenciamento’ foi largamente desenvolvido por Orlandi em seu livro *As Formas do Silêncio* (Orlandi, 2007)

<sup>12</sup> <file:///E:/HP%20v165w/EI%20Mundo/novembro/20121101%201.pdf>

<sup>13</sup> <file:///E:/HP%20v165w/EI%20Mundo/novembro/20121101%2028.pdf>

<sup>14</sup> <file:///E:/HP%20v165w/EI%20Mundo/novembro/20121106%208.pdf>

<sup>15</sup> <file:///E:/HP%20v165w/EI%20Mundo/novembro/20121103%2037.pdf>

<sup>16</sup> El Mundo, 2012, dia 06/11, p.8, consulta ao jornal impresso

<sup>17</sup> <file:///E:/HP%20v165w/La%20Razon/nov%202012/20121101%2015.pdf>

<sup>18</sup> Trecho da matéria de jornal com o link na citação 17

<sup>19</sup> <file:///E:/HP%20v165w/La%20Razon/nov%202012/20121106%2016.pdf>

<sup>20</sup> <file:///E:/HP%20v165w/La%20Razon/nov%202012/20121110%201.pdf>

<sup>21</sup> A dación en pago é o termo utilizado por juristas, advogados e pela imprensa para propor a isenção das dívidas posteriores ao despejo. Este debate é longo e controverso. Os setores de apoio aos despejados entendem que a entrega do imóvel é suficiente para a quitação das dívidas; já o sistema financeiro e os setores que o apoiam exigem a entrega do imóvel e a quitação dos valores pendentes.

<sup>22</sup> Jornal El País, 2012, dia 04 / 11, p. 15 consulta ao jornal impresso

<file:///E:/HP%20v165w/EI%20Pais/Novembro%202012/20121104%2015.pdf>

<sup>23</sup> A Plataforma dos Afectados pela Hipoteca foi fundada em 2009 por Ada Colau (atualmente prefeita da cidade de Barcelona) e atuou e atua na defesa dos despejados buscando por um lado, armar estes sujeitos de conhecimento legal para a defesa no campo jurídico e buscando parcerias para a sobrevivência e por outro lado, organizando e encaminhando a luta política e jurídica desta questão.

<sup>24</sup> “El día 28 de Mayo de 1983 tuvo lugar en los locales de la Escuela Judicial (Madrid) la constitución de la corriente organizada en el interior de la Asociación Profesional de la Magistratura, JUECES PARA LA DEMOCRACIA. La presente publicación incluye el documento constituyente así como las normas de funcionamiento de la misma aprobados en su primera asamblea y la relación de quienes participaron en ella” Este trecho é parte do documento de apresentação desta associação criada em 1983 e atuante até os dias de hoje. Notamos pelas matérias do jornal El País a forte atuação da mesma neste momento de crise.

<sup>25</sup> Jornal El País, 2012, dia 01/12, p. 33, consulta ao jornal impresso

<file:///E:/HP%20v165w/EI%20Pais/desembro%202012/20121201%2033.pdf>

<sup>26</sup> Jornal El País, 2012, dia 02/12/2012, p.28, consulta ao jornal impresso

<file:///E:/HP%20v165w/EI%20Pais/desembro%202012/20121202%20168.pdf>

<sup>27</sup> <file:///E:/HP%20v165w/EI%20Pais/mar%C3%A7o/20130315%201.pdf>

## Referências

- BRAIT, Beth (org.) (2005).** *Bakhtin- conceitos-chave*, São Paulo: Contexto, 2005
- CANCLINI, Néstor García (2007)** *A Globalização Imaginada*, São Paulo: Iluminuras
- CÁRITAS. (2009)** Informe “Cáritas ante la crisis”- *Observatorio da realidade social* – Junio 2009
- \_\_\_\_\_. (2010) *Informe Observatorio de la realidad social*
- \_\_\_\_\_. (2011) *Informe Observatorio de la realidad social*
- \_\_\_\_\_. (2013) *Informe Observatorio de la realidad social*
- COLAU, Ada. (2013)** *Vidas Hipotecadas*, Barcelona: Cuadrilátero de Libros
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. (2016)** *A Nova Razão do Mundo- Ensaios sobre a Sociedade Neoliberal*, São Paulo: Boitempo
- DÍAZ, Pedro L.P.; SICILIA, C. Berná; LANGA, E. Arroyas (2013)** *La interpretación simbólica de los desahucios en España a través del frame: un análisis semántico de la conversación en Twitter*, Actas del I Congreso Internacional Comunicación y Sociedad. <file:///E:/HP%20v165w/ARROYAS%20LANGA,%20ENRIQUE%3B%20BERN%3%81%20SICILIA,%20CELIA%3B%20P%3%89REZ%20D%3%8DAS,%20PEDRO%20LUIS.pdf>
- FALLARÁS, Cristina. (2013)** *A La Puta Calle- crónica de um desahucio*, Barcelona: Planeta
- FIORIN, José Luiz (2006)** *Introdução ao pensamento de Bakhtin*, São Paulo: Editora Ática
- FOUCAULT, Michel. (2008)** *O Nascimento da Biopolítica*, São Paulo: Martins Fontes
- \_\_\_\_\_. (2010) *A Ordem do Discurso*, São Paulo: Edições Loyola 20ª. Ed.
- \_\_\_\_\_. (2014) *A Arqueologia do Saber*, Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- GIL, Andrés y BARCIA, J.V. (2015)** *Voces del Cambio- el fin de la España de la Transición*, Barcelona: Roca Editorial de Libros.
- ORLANDI, Eni Pccinelli (2007)** *As Formas do Silêncio- no movimento dos sentidos*, Campinas: Editora da Unicamp

**ORTEGA, Félix (org.) (2006)** *Periodismo Sin Información*, Madrid: Editorial Tecnos.

**ORTIZ, Renato (2006)** *Mundialização: Saberes e Crenças*, São Paulo: Brasiliense.

**OXFAM, (2013)** 174 *Informe de Oxfam*, setembro de 2013

**ROCA, Joaquín G. (2012)** *Reinvención de la exclusión social em tempos de crisis*, Madrid: Fundación Foessa

**SANTOS, Milton. (2006)** *Por uma Outra Globalização*, Rio de Janeiro: Record.

**WARNIER, Jean Pierre (2003)** *A Mundialização da Cultura*, Bauru: Edusc.

### Nota biográfica



**Carla Reis Longhi** doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Pós-Doutora em Comunicação Social pela Universidad Complutense de Madrid. Coordenadora do PEPG em História da PUC/SP. Professora Concursada do Depto. de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Universidade Paulista.

**E-mail-** [carlalonghi@uol.com.br](mailto:carlalonghi@uol.com.br)

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-2937-8982>